



F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

CNPJ nº 35.742.218/0001-04

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Orleans - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

E

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1 Contexto Operacional.....	10
2 Base de Preparação.....	12
3 Principais Políticas Contábeis	13
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	19
5 Clientes.....	19
6 Tributos.....	19
7 Partes Relacionadas	20
8 Títulos e Valores Mobiliários	21
9 Imobilizado.....	21
10 Intangível	22
11 Fornecedores e Outras contas a pagar	23
12 Encargos Setoriais a Recolher	23
13 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.....	23
14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes	24
15 Patrimônio Líquido	24
16 Receita Operacional Líquida	25
17 Custos e Despesas Operacionais	25
18 Resultado Financeiro	25
19 Instrumentos Financeiros	26
20 Transações com Partes Relacionadas	31
21 Seguros.....	32
22 Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa	32
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	33
PARECER DO CONSELHO FISCAL	36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

À ACIONISTA

A Administração da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2021, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição da acionista, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

1. A COMPANHIA

A F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (F.D.A. ou Companhia) foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, em 04.12.2019 e destina-se à geração de energia elétrica. Tem a Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) como única acionista. Por sua vez, a Copel GeT é controlada pela Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora).

Em 02.03.2020, a Copel GeT transferiu para F.D.A. a concessão da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (GBM ou Foz do Areia) através da assinatura de contrato de Concessão junto à Aneel com mesmo prazo da concessão original. A UHE GBM possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

Em 03.03.2020 foi solicitado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o enquadramento da usina nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal acima citado, o prazo para conclusão do processo foi recentemente reduzido pela publicação do Decreto nº 10.893/2021 de 18 para 12 meses antes do vencimento do contrato de concessão.

No ambiente regulatório, a F.D.A. aderiu à repactuação do risco hidrológico na parcela da garantia física não comprometida com contratos repactuados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) nos termos da Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020, que proveu a compensação dos riscos de natureza não hidrológica por meio de extensão das outorgas dos agentes de geração hidráulica participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Como resultado, a concessão da UHE GBM foi prorrogada por 461 dias e a nova data de término da outorga passou para 21.12.2024, gerando impacto positivo no resultado operacional relativo ao intangível de contrato mensurado ao valor justo no total de R\$ 361.963 mil.

Em 2021, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 82.982 mil, representando 13,4% de aumento em relação a 2020, decorrente principalmente pelo maior preço no ACL e pelo crescimento no volume de energia vendida com contratos bilaterais para a Copel Comercialização.

Os custos e despesas operacionais, excluindo os efeitos da repactuação do risco hidrológico, tiveram acréscimo de R\$ 250.484 mil, representando 90,3% de aumento em relação a 2020, principalmente pelo impacto da crise hídrica sobre os preços de energia e para fazer frente ao maior volume de energia vendida no período.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL (em R\$ mil)

	2021	2020	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	995.870	652.443	52,6
Caixa e equivalentes de caixa	68.033	197.067	(65,5)
Títulos e valores mobiliários	11.404	11.007	3,6
Receita operacional bruta	784.379	652.980	20,1
Deduções da receita	82.355	33.939	142,7
Receita operacional líquida	702.024	619.041	13,4
Custos e despesas operacionais	165.909	277.388	(40,2)
Resultado das atividades	536.115	341.653	56,9
Ebitda ou Lajida	604.983	392.761	54,0
Resultado financeiro	10.865	2.473	339,3
IRPJ/CSLL	185.725	21.032	783,1
Lucro operacional	546.980	344.126	58,9
Lucro líquido do exercício	361.255	323.094	11,8
Patrimônio líquido	701.119	605.485	15,8
Dividendos	343.193	306.939	11,8
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,7	5,8	(70,7)
Liquidez geral (índice)	1,1	5,9	(81,4)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou Lajida/receita operacional líquida) (%)	86,2	63,4	36,0
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	77,9	55,6	40,1
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	51,5	52,2	(1,3)
Participação de capital de terceiros (%)	29,6	7,2	311,1
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	59,7	-	-

⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

Curitiba, 08 de abril de 2022

Carlos Frederico Pontual Moraes

Diretor Executivo

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
MOACIR CARLOS BERTOL
CASSIO SANTANA DA SILVA

CONSELHO FISCAL

Presidente do Conselho ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Membros Titulares KLEBERSON LUIZ DA SILVA
LUIZ HENRIQUE DE MELLO
WALTER GUANDALINI JÚNIOR

Membros Suplentes ANA CLARA SOLIS DE FIGUEIREDO MORRISSY
LILIAN RENATA DE ANDRADE
ALFONSO SCHMITT
ANGELA BEATRIZ ALCAIDE

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Membros Titulares NELSON LUIZ PAULA DE OLIVEIRA
ZENO BANNACH JUNIOR

DIRETORIA

Diretor Executivo CARLOS FREDERICO PONTUAL MORAES
Diretor Administrativo-Financeiro ADRIANO FEDALTO

CONTADOR

CRC-PR-043819/0-O RONALDO BOSCO SOARES

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	68.033	197.067
Clientes	5	62.722	67.161
Outros créditos		71	306
Imposto de renda e contribuição social	6	2.299	98
Outros tributos a recuperar	6	818	436
Despesas antecipadas		34	
Partes relacionadas	7	170.212	
		304.189	265.068
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	8	11.404	11.007
Outros tributos a recuperar	6	864	924
		12.268	11.931
Imobilizado			
Intangível	9	332.980	357.141
	10	346.433	18.303
		691.681	387.375
TOTAL DO ATIVO		995.870	652.443
PASSIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	7	526	502
Fornecedores	11	33.622	26.828
Imposto de renda e contribuição social	6	48.339	6.568
Outras obrigações fiscais	6	2.533	3.439
Dividendos a pagar		85.799	-
Encargos setoriais a recolher	12	4.726	4.046
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13	795	2.471
Outras contas a pagar	11	2.958	2.173
		179.298	46.027
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	112.759	207
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	13	2.694	724
		115.453	931
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15.1	409.508	406.363
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.145
Reserva legal		34.217	16.155
Dividendo adicional proposto	15.2	257.394	179.822
		701.119	605.485
TOTAL DO PASSIVO		995.870	652.443

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Valores expressos em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	702.024	619.041
Custos Operacionais	17	(518.189)	(274.510)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		183.835	344.531
Despesas Operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(3.763)	(1.210)
Repactuação do risco hidrológico - GSF		361.963	-
Outras despesas operacionais		(5.920)	(1.668)
		352.280	(2.878)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		536.115	341.653
Resultado Financeiro	18		
Receitas financeiras		11.390	2.497
Despesas financeiras		(525)	(24)
		10.865	2.473
LUCRO OPERACIONAL		546.980	344.126
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	6		
Imposto de renda e contribuição social		(73.173)	(20.825)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(112.552)	(207)
		(185.725)	(21.032)
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO		361.255	323.094

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	31.12.2021	31.12.2020
LUCRO LÍQUIDO EXERCÍCIO	361.255	323.094
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	361.255	323.094

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
 em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020		1	-	-	-	-	1
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	323.094	323.094
Aumento de capital		406.362	-	-	-	-	406.362
Recebimento de adiantamento		-	3.145	-	-	-	3.145
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal		-	-	16.155	-	(16.155)	-
Dividendos	15.2	-	-	-	-	(127.117)	(127.117)
Dividendo adicional proposto	15.2	-	-	-	179.822	(179.822)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		406.363	3.145	16.155	179.822	-	605.485
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	361.255	361.255
Aumento de capital	15.1	3.145	(3.145)	-	-	-	-
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	(179.822)	-	(179.822)
Destinação proposta à A.G.O.:							
Reserva legal		-	-	18.062	-	(18.062)	-
Dividendos	15.2	-	-	-	-	(85.799)	(85.799)
Dividendo adicional proposto	15.2	-	-	-	257.394	(257.394)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		409.508	-	34.217	257.394	-	701.119

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		361.255	323.094
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais			
Encargos não realizados - líquidas		(10.281)	14
Depreciação e amortização	17	68.933	51.108
Imposto de renda e contribuição social	6.3	73.173	20.825
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.3	112.552	207
Resultado da repactuação do risco hidrológico - GSF	17	(361.963)	-
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento	13.1	6.799	6.061
Resultado das baixas do imobilizado	9.1	9	573
		250.477	401.882
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		4.439	(67.161)
Outros créditos		235	(290)
Imposto de renda e contribuição social		(2.201)	(98)
Outros tributos a recuperar		(322)	(1.360)
Despesas antecipadas		(34)	-
		2.117	(68.909)
Aumento (redução) dos passivos			
Partes relacionadas		24	502
Fornecedores		6.794	23.933
Outras obrigações fiscais		252	3.439
Encargos setoriais a recolher		680	4.046
Pesquisa e desenvolvimento	13.1	(6.570)	(2.880)
Outras contas a pagar		785	2.173
		1.965	31.213
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		254.559	364.186
Imposto de renda e contribuição social pagos		(31.402)	(14.257)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		223.157	349.929
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras		(397)	(11.007)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(251.450)	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas		90.000	-
Recebimento de juros sobre empréstimos concedidos a partes relacionadas		374	-
Aquisições de imobilizado		(10.854)	(17.884)
Aquisições de intangível	10	(42)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(172.369)	(28.891)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		-	3.145
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(179.822)	(127.117)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		(179.822)	(123.972)
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(129.034)	197.066
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	197.067	1
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	68.033	197.067
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(129.034)	197.066

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

em 31 de dezembro de 2021

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A F.D.A Geração de Energia Elétrica S.A. (Foz do Areia, FDA, Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT) e controlada indiretamente pela Companhia Paranaense de Energia (Copel), que tem por objeto a geração de energia elétrica, por meio da exploração da UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto – GBM (UHE Foz do Areia).

Em 03.03.2020, a Copel GeT se manifestou perante o Ministério de Minas e Energia pelo enquadramento, nos termos do Decreto Federal nº 9.271/2018, da sua subsidiária FDA. Na mesma data, a SPE assinou junto à Aneel o contrato de concessão para exploração da UHE Gov. Bento Munhoz da Rocha Neto, concretizando a transferência de titularidade da usina. A manifestação tem por objetivo possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos para UHE Foz do Areia, condicionada a um processo de alienação do controle da respectiva SPE, de acordo com as prerrogativas do Decreto Federal nº 10.893/2021, dentro do prazo de até 12 meses antes do vencimento da atual concessão, que expira em 21.12.2024.

A UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto (“GBM” ou “Foz do Areia”) possui potência instalada de 1.676,0 MW e garantia física de 603,3 MW médios.

a) Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

A partir de março de 2020, após a atribuição do status de pandemia ao coronavírus pela Organização Mundial de Saúde - OMS, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A queda no crescimento e recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades causada pelo surto de coronavírus, vem afetando a performance da economia brasileira. Porém, a Copel tem acompanhado as projeções da carga de energia e não observa sinais de retração significativos no início de 2022, o que pode vir a ocorrer caso as restrições estabelecidas impactem as atividades industriais e comerciais não essenciais por um longo prazo.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, a liquidez do mercado de energia e o preço de curto prazo, bem como as negociações com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira de toda a cadeia de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica.

Não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a FDA está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

b) Repactuação do risco hidrológico (*Generation Scaling Factor - GSF*)

Em 09.09.2020, foi publicada a Lei nº 14.052 que alterou a Lei nº 13.203/2015 estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE desde 2012, com o agravamento da crise hídrica.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados: (i) por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) pelas restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. Referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 01.12.2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Na repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04, tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado a direito de outorga decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também por analogia o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, é reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia.

Conforme Resolução Homologatória Aneel nº 2.932, de 17.09.2021, a UHE Governador Bento Munhoz da Rocha Neto tem direito a extensão de outorga de 461 dias, com alteração do vencimento da concessão de 17.09.2023 para 21.12.2024.

Em 29.09.2021, o Conselho de Administração da FDA aprovou a adesão à repactuação do risco hidrológico da parcela de garantia física não repactuada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por meio de extensão de outorga das suas usinas hidrelétricas participantes do mecanismo de realocação de energia - MRE. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, que inclui a renúncia de futuros questionamentos ou ações judiciais em relação aos riscos hidrológicos em questão, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica "Despesas operacionais – Recuperação de custos – Risco hidrológico", no montante de R\$ 361.963 com impacto positivo no seu resultado operacional consolidado e de R\$ 238.896 no lucro líquido do exercício.

2 Base de Preparação

2.1 Base de Declaração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 08.04.2022.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 9 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.3 e 9 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 10 - Intangível;
- NEs nºs 3.5 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes
- NEs nºs 3.6 - Reconhecimento da receita;
- NEs nº 3.7 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia;
- NEs nºs 3.8 e 6 - Imposto de renda e contribuição social.

2.5 **Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individualmente ou coletivamente, podem levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com o suporte financeiro de sua Controladora.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem opera com instrumentos financeiros derivativos.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que lhe são atribuíveis.

Os bens do ativo imobilizado vinculados aos contratos de autorização são depreciados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitados ao prazo da autorização. Os demais bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base na estimativa de vida útil, as quais são revisadas anualmente e ajustadas, caso necessário.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.3.1 Ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso.

3.3.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.4 Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos, além do saldo constituído pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, proveniente do valor recuperado do custo com o fator de ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE (*Generation Scaling Factor - GSF*), conforme detalhado na NE nº 1-b. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, com amortização linear até o final do novo prazo de concessão.

3.5 Provisões para litígios e passivos contingentes

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados.

Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridas com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são analisados de acordo com a sua natureza, e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.6 Reconhecimento da Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente principalmente do suprimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

3.7 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto do Preço de liquidação das diferenças - PLD multiplicado pelas sobras de energia declaradas junto a CCEE, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.8 Tributos

3.8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Excepcionalmente para o ano de 2020, a Companhia adotou a opção tributária do Lucro Presumido no qual apurou o imposto de renda e a contribuição social com base nas presunções previstas na legislação vigente.

3.8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.8.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas, quando aplicável, à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS as alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.9 Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 1º.01.2021

A partir do exercício de 2021 estão vigentes as alterações a seguir, sem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (i) Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- (ii) Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir dos exercícios de 2022 e de 2023 estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- (i) CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso (a partir de 1º.01.2022);
- (ii) CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido (a partir de 1º.01.2022);
- (iii) CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual (a partir de 1º.01.2022);
- (iv) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41 (a partir de 1º.01.2022);
- (v) CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (a partir de 1º.01.2023);
- (vi) CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4 (a partir de 1º.01.2023);
- (vii) CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (viii) CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis (a partir de 1º.01.2023);
- (ix) CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação (a partir de 1º.01.2023);
- (x) CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28: alterações relacionadas a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture (sem data de vigência definida).

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes destas alterações de normas.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa e bancos conta movimento	6.750	916
Aplicações financeiras de liquidez imediata	61.283	196.151
	68.033	197.067

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e são remuneradas a 96% da taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	31.12.2021	31.12.2020
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	62.722	65.041
CCEE	-	2.120
	62.722	67.161

6 Tributos

6.1 Impostos de renda e contribuição social e outros tributos

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.299	98
ICMS a recuperar	818	436
	3.117	534
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	754	894
Outros tributos a compensar	110	30
	864	924
Passivo circulante		
Imposto de renda e contribuição social a recolher	48.339	6.568
PIS/Pasep e Cofins a recolher	1.313	2.587
Outros tributos	1.220	852
	50.872	10.007

6.2 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	Saldo em 01.01.2021	Reconhecido no resultado	Saldo em 31.12.2021
Ativo não circulante			
Provisão para P&D e PEE	-	670	670
Provisões de passivo	-	172	172
	-	842	842
(-) Passivo não circulante			
Contrato de concessão	-	113.601	113.601
Rendimentos de aplicações financeiras (lucro presumido)	207	(207)	-
	207	113.394	113.601
Líquido	(207)	(112.552)	(112.759)

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido.

Os critérios utilizados para a realização de cada item estão relacionados com a previsibilidade de realização do valor principal que originou a diferença temporária..

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2022	507	(37.867)
2023	335	(37.867)
2024	-	(37.867)
	842	(113.601)

6.3 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2021	31.12.2020
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	546.980	344.126
IRPJ e CSLL (34%)	(185.973)	(117.003)
Efeitos fiscais sobre:		
Despesas indedutíveis	(2.234)	-
Incentivos fiscais	2.250	-
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	207	95.971
Outros	25	-
IRPJ e CSLL correntes	(73.173)	(20.825)
IRPJ e CSLL diferidos	(112.552)	(207)
Alíquota efetiva - %	34,0%	6,1%

7 Partes Relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020
Ativo circulante		
Copel Geração e Transmissão S.A. - Mútuo	170.212	-
Passivo circulante		
Compartilhamento de estrutura	526	502

Os saldos com partes relacionadas e suas condições estão detalhadas na NE nº 20.

8 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2021	31.12.2020
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98,3% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI	11.404	11.007

9 Imobilizado

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais para a geração de energia elétrica.

9.1 Mutações do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2021	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2021
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	31.726	-	(23.397)	-	-	8.329
Máquinas e equipamentos	276.532	-	(10.365)	(6)	28.798	294.959
Edificações	14.831	-	(1.203)	-	-	13.628
Terrenos	15.168	-	-	-	-	15.168
Móveis e utensílios	377	-	(41)	(3)	1	334
	338.634	-	(35.006)	(9)	28.799	332.418
Em curso						
Custo	18.507	10.854	-	-	(28.799)	562
	18.507	10.854	-	-	(28.799)	562
Total	357.141	10.854	(35.006)	(9)	-	332.980

	Saldo inicial (a)	Aquisições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2020
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	66.750	-	(35.066)	-	42	31.726
Máquinas e equipamentos	221.118	-	(8.208)	(202)	63.824	276.532
Edificações	11.020	-	(2.249)	-	6.060	14.831
Terrenos	15.203	-	(35)	-	-	15.168
Móveis e utensílios	377	-	-	-	-	377
	314.468	-	(45.558)	(202)	69.926	338.634
Em curso						
Custo	68.025	20.779	-	(371)	(69.926)	18.507
	68.025	20.779	-	(371)	(69.926)	18.507
Total	382.493	20.779	(45.558)	(573)	-	357.141

(a) Em março de 2020 ocorreu o aumento de capital na FDA por meio de transferência de ativos.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos nos exercícios de 2021 e de 2020.

9.2 Taxas médias de depreciação

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2021	31.12.2020
Geração		
Equipamento geral	6,25	6,25
Máquinas e equipamentos	3,41	3,40
Geradores	3,33	3,33
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	2,00
Turbina hidráulica	2,50	2,50

Em 2021, a Administração da Companhia reavaliou a estimativa de vida útil dos ativos da UHE GBM pelos efeitos da repactuação do risco hidrológico - GSF (NE nº 1 - b). As alterações foram tratadas de forma prospectiva a partir de outubro de 2021 e acresceram a quota de depreciação deste exercício, juntamente com a amortização do ativo intangível reconhecido em 30.09.2021, no montante de R\$ 27.209. Adicionalmente, acrescentarão, em média, o montante de R\$ 108.836 em 2022, R\$ 110.500 em 2023 e R\$ 115.417 em 2024.

10 Intangível

	em serviço	em curso	Total
Saldo inicial (a)	23.853	-	23.853
Quotas de amortização	(5.550)	-	(5.550)
Em 31.12.2020	18.303	-	18.303
Aquisições	-	42	42
Repactuação Risco Hidrológico (GSF) - NE nº 1-b	361.963	-	361.963
Capitalizações para intangível em serviço	42	(42)	-
Quotas de amortização - concessão (b)	(33.863)	-	(33.863)
Quotas de amortização - outros intangíveis (c)	(12)	-	(12)
Baixas	-	-	-
Em 31.12.2021	346.433	-	346.433

(a) Em março de 2020 ocorreu o aumento de capital na FDA por meio de transferência de ativos.

(b) Amortização durante o período de concessão/autorização a partir do início da operação comercial do empreendimento.

(c) Taxa anual de amortização: 20%.

A Administração não identificou evidências que justificassem a necessidade de reconhecimento de perdas pela redução ao valor recuperável de ativos intangíveis em 2021 e 2020.

11 Fornecedores e Outras contas a pagar

11.1 Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica - CCEE	7.019	-
Energia elétrica - Copel Comercialização	5.995	-
Materiais e serviços	2.335	5.818
Materiais e serviços - O&M - Copel GeT	4.659	9.095
Encargos de uso da rede elétrica	13.102	11.915
Encargos de uso da rede elétrica - Copel GeT	512	-
	33.622	26.828

11.2 Outras contas a pagar

O saldo de outras contas a pagar é composto principalmente pela taxa de fiscalização da Aneel e compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.

12 Encargos Setoriais a Recolher

O saldo provisionado em 31.12.2021 e 31.12.2020 se refere a Reserva Global de Reversão - RGR.

13 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Conforme a Lei nº 9.991/2000 e regulamentações complementares, as concessionárias e permissionárias de geração de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida regulatória em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico.

	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
FNDCT	442	-	442	505
MME	221	-	221	253
P&D	1	2.825	2.826	2.437
	664	2.825	3.489	3.195
		Circulante	795	2.471
		Não circulante	2.694	724

Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

13.1 Mutação da Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

	FNDCT	MME	P&D		Total
	circulante	circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2020	-	-	-	-	-
Constituições	2.424	1.213	-	2.424	6.061
Juros Selic	-	-	-	14	14
Transferências	-	-	1.714	(1.714)	-
Recolhimentos	(1.919)	(961)	-	-	(2.880)
Em 31.12.2020	505	252	1.714	724	3.195
Constituições	2.720	1.360	477	2.242	6.799
Juros Selic	-	-	-	65	65
Transferências	-	-	338	(338)	-
Recolhimentos	(2.783)	(1.391)	(2.396)	-	(6.570)
Em 31.12.2021	442	221	133	2.693	3.489

14 Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.5 são atendidos. Os passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

Em 31.12.2021 a Companhia não apresenta provisões para litígios, bem como não possui passivos contingentes.

15 Patrimônio Líquido

15.1 Capital Social

No exercício de 2021, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 3.145, conforme ata da 5ª Assembleia Geral Extraordinária, mediante integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos durante o exercício de 2020. O capital social integralizado em 31.12.2021, no valor de R\$409.509 (R\$ 406.363 em 31.12.2020) é composto por 409.508.878 (406.363.426 em 31.12.2020) ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes a Copel Geração e Transmissão S.A.

15.2 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2021	31.12.2020
Base de cálculo para os dividendos		
Lucro líquido do exercício	361.255	323.094
Reserva legal (5%)	(18.062)	(16.155)
	343.193	306.939
Dividendos propostos		
Dividendos	85.799	127.117
Dividendo adicional proposto	257.394	179.822
	343.193	306.939

16 Receita Operacional Líquida

	31.12.2021	31.12.2020
Contratos bilaterais - Copel Comercialização S.A.	781.361	640.179
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	2.975	12.772
Outras receitas operacionais	43	29
(-) PIS/Pasep e Cofins	(72.552)	(23.833)
(-) Encargos Setoriais	(9.803)	(10.106)
	702.024	619.041

17 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2021	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda - CCEE	(259.289)	-	-	(259.289)	(69.919)
Encargos de uso da rede elétrica	(137.595)	-	-	(137.595)	(110.932)
Pessoal e administradores	-	(1.582)	-	(1.582)	(812)
Planos previdenciário e assistencial	-	(94)	-	(94)	(46)
Material	(545)	-	-	(545)	(122)
Serviços de terceiros	(31.646)	(1.772)	-	(33.418)	(31.267)
Depreciação e amortização	(68.860)	(8)	-	(68.868)	(51.108)
Taxa de fiscalização da Aneel	-	-	(2.046)	(2.046)	(1.668)
Arrendamentos e aluguéis	(285)	-	-	(285)	(253)
Repactuação do risco hidrológico - GSF (NE nº 1-b)	-	-	361.963	361.963	-
Outros custos e despesas operacionais	(19.969)	(307)	(3.874)	(24.150)	(11.261)
	(518.189)	(3.763)	356.043	(165.909)	(277.388)

18 Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020
Receitas financeiras		
Juros e encargos sobre mútuo (NE nº 7)	7.277	-
Rendimento de aplicações financeiras	3.817	2.230
Outras receitas financeiras	296	267
	11.390	2.497
(-) Despesas financeiras		
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 13.1)	65	14
Outras despesas financeiras	460	10
	525	24
Líquido	10.865	2.473

19 Instrumentos Financeiros

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	68.033	68.033	197.067	197.067
Títulos e valores mobiliários (b)	8	2	11.404	11.404	11.007	11.007
			79.437	79.437	208.074	208.074
Custo amortizado						
Clientes (a)	5		62.722	62.722	67.161	67.161
Mútuo (a)	7		170.212	170.212	-	-
			232.934	232.934	67.161	67.161
Total dos ativos financeiros			312.371	312.371	275.235	275.235
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)	11		33.622	33.622	26.828	26.828
Total dos passivos financeiros			33.622	33.622	26.828	26.828

Os níveis de hierarquia para a apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: informações obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

19.2 Gerenciamento de riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre seus ativos financeiros considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

Adicionalmente, a Companhia atua na gestão de contas a receber implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação dos passivos financeiros em cada faixa de tempo.

	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Total
31.12.2021				
Fornecedores	25.942	7.618	62	33.622
	25.942	7.618	62	33.622
31.12.2020				
Fornecedores	26.050	678	100	26.828
	26.050	678	100	26.828

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 / IFRS 7(R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto na data destas demonstrações financeiras estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen (CDI/Selic - 12,25%). Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Controladora	Risco	Base	Cenários projetados		
		31.12.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Risco de taxa de juros e variações monetárias					
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	11.404	1.397	1.048	699
Mútuo	Baixa CDI/Selic	170.212	20.851	15.638	10.425
		181.616	22.248	16.686	11.124

19.2.4 Risco quanto à escassez de energia

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média. Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Desde setembro de 2020, o Sistema Interligado Nacional vem apresentando o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor estão trabalhando para mitigação de riscos de racionamento, com destaque para um elevado despacho termoelétrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema. Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste e a geração de biomassa no Sudeste, estima-se que o risco de falta energia em 2021 e 2022 seja minimizado, conforme as informações oficiais publicadas até o momento.

De forma a mitigar o risco de atendimento à demanda instantânea, o MME está fazendo gestão sobre os grandes consumidores de energia no sentido de migrar seus consumos dos períodos de maior demanda. O que, de modo geral, significa transferir a produção para as madrugadas. Isso garante o atendimento aos consumidores com maior economicidade, visto que a operação em períodos de elevada demanda instantânea é muito cara

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo, com a autorização de um reduzido despacho de geração térmica fora da ordem de mérito de custo pelo ONS, que por sua vez vem despachando os montantes necessários à uma operação segura ao Sistema Interligado Nacional.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos responsáveis pelo planejamento da operação do sistema, quando combinados com outras variáveis, como vazões afluentes, geração eólica e solar, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

19.2.5 Risco quanto aos impactos do GSF

O Mecanismo de Realocação de Energia - MRE é um sistema de redistribuição de energia gerada, característico do setor elétrico brasileiro, que deve sua existência ao entendimento, à época, de haver necessidade de operação centralizada associada a preço ótimo calculado centralmente, conhecido como PLD. Como os geradores não possuem controle sobre sua produção, cada usina recebe determinada quantidade virtual de energia a qual pode ser comprometida por meio de contratos. Esse valor, que possibilita registros de contratos, é conhecido como Garantia Física - GF e também é calculado centralmente. Diferentemente do PLD, que é calculado semanalmente, a GF é recalculada, por lei, a cada cinco anos, com limite de aumento ou redução, restringido a 5% por revisão ou a 10% no período da concessão.

Os contratos necessitam ter lastro. Isto é realizado, sobretudo, por meio de alocação de energia gerada, recebimento do MRE ou compra. O GSF é a relação entre toda a geração hidrelétrica dos participantes do MRE e o somatório da GF de todas as usinas do MRE. Basicamente, o GSF é utilizado para calcular quanto cada usina receberá de geração para lastrear sua GF. Assim, conhecendo o GSF de um dado mês, a Companhia poderá saber se necessitará lastrear seus contratos com compras.

Sempre que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for menor que o somatório dos contratos, será necessário efetuar compra no curto prazo. No entanto, para a situação em que o resultado da multiplicação do GSF pela GF for maior que o total dos contratos, será recebida a diferença valorada ao PLD.

As baixas aflúncias registradas desde 2014, bem como problemas com atrasos na expansão do sistema de transmissão tiveram como consequência baixos valores de GSF, resultando em fortes perdas para as empresas detentoras de empreendimentos hidroelétricos participantes do MRE.

Para as usinas com contratos no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a principal forma de gerenciar o risco de GSF baixo é não comprometer toda a GF com contratos bem como a recompra oportuna de energia intra-anual, abordagens atualmente adotadas pela Companhia.

19.2.6 Risco de não prorrogação da concessão

A prorrogação das concessões de geração de energia alcançadas pela Lei nº 9.074/1995 era disciplinada pela Lei nº 12.783/2013, alterada pela Lei nº 14.052/2020.

De acordo com a nova lei, a concessionária deve solicitar a prorrogação da concessão com antecedência mínima de 36 meses da data final do contrato ou ato de outorga para usinas de geração de energia hidrelétrica. O Poder Concedente poderá antecipar os efeitos da prorrogação em até 60 meses do advento do termo contratual ou do ato de outorga, inclusive, definindo a tarifa ou as receitas iniciais para os empreendimentos de geração (RAG - Receita Anual de Geração). As concessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos.

Em 2019 foi publicado o Decreto nº 10.135/2019 que regulamentou a outorga dos contratos de concessão no setor elétrico associada à privatização por meio de alienação do controle de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica, tendo como um dos condicionantes a alteração do regime de exploração para Produtor Independente de Energia - PIE. De acordo com o Decreto, a manifestação de alienação da concessão deverá ocorrer em até 42 meses do advento do termo contratual e a eventual alienação em até 18 meses do final da concessão. Se não ocorrer a alienação do controle do empreendimento dentro do prazo determinado, a usina deverá ser licitada pelo poder concedente podendo a mesma concessionária participar do leilão, caso reúna as condições de habilitação.

Para a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto - UHE GBM (1.676 MW), que terá sua concessão vencida em 2024, a Copel GeT não manifestou interesse pela prorrogação da concessão tendo em vista que estudos internos demonstraram que a prorrogação mediante alteração do regime de exploração antecipado seria desvantajosa econômica e financeiramente em relação a exploração da usina no atual regime, até o seu vencimento. Em 03.03.2020, a Copel GeT transferiu a concessão da UHE GBM para a subsidiária F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. com o objetivo de, caso os estudos realizados pela Copel GeT apontarem para a vantagem da operação, alienar o controle desta concessionária e, desta forma, possibilitar uma nova outorga pelo prazo de 30 anos.

Por fim, conforme NE nº 1-b, estabeleceu-se a compensação por meio de extensão do prazo de outorga das usinas contempladas pela Lei nº 13.203/2015, culminando na homologação do prazo de extensão da outorga destas usinas.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

20 Transações com Partes Relacionadas

Consolidado Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo/Despesa	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Controlador								
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)								
Dividendos	-	-	85.799	-	-	-	-	-
Contratos de Mútuo (a)	170.212	-	-	-	7.277	-	-	-
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	506	453	-	-	-	-
Serviços de operação e manutenção	-	-	2.545	8.648	-	-	(26.447)	(18.932)
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	512	-	-	-	(10.305)	(1.558)
Entidades sob controle comum								
Copel Distribuição S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(14)	-
Consumo de energia	-	-	-	-	-	-	(880)	(219)
Cutia Empreendimentos Eólicos S.A.								
Compartilhamento de estrutura (b)	-	-	20	49	-	-	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Suprimento de energia elétrica	62.722	65.041	-	-	781.362	640.179	-	-
Energia elétrica para revenda	-	-	5.995	-	-	-	(145.639)	(57.312)
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(47)	(37)
Marumbi Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(94)	(72)
Uirapuru Transmissora de Energia S.A.								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(138)	(128)
Empreendimentos controlados em conjunto								
Caiuá Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(43)	(32)
Integração Maranhense Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(189)	(141)
Matrinchã Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.105)	(762)
Guaraciaba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(508)	(364)
Paranaíba Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(756)	(566)
Cantareira Transmissora de Energia								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(569)	(412)
Mata de Santa Genebra Transmissora								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.124)	(703)
Pessoal chave da administração								
Honorários e encargos sociais	-	-	-	-	-	-	(168)	(98)
Planos previdenciários e assistenciais	-	-	-	-	-	-	(7)	(5)
Lactec								
Encargos de uso do sistema de transmissão	-	-	-	91	-	-	(260)	(91)
Companhia de Saneamento do Paraná								
Simepar	-	-	79	-	-	-	(168)	(90)
							(362)	-

(a) Em 19.04.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a FDA (mutuante) e Copel GeT (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 119% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da empresa e vigência até 31.12.2021. Em 23.12.2021, foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato de mútuo, prorrogando a vigência do contrato por mais 15 meses, com vigência até 31.03.2023.

(b) despesas de pessoal e administradores conforme contrato de compartilhamento celebrado com a Controladora.

As transações relevantes com partes relacionadas estão demonstradas acima. As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores e as demais transações são registradas de acordo com termos e condições acordadas entre as partes, com os preços de mercado praticados pela Companhia.

A Companhia não possui planos de benefícios de longo prazo para os Administradores.

21 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2022	252.400
Seguro D&O	28.03.2023	139.513

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

22 Informações Complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

22.1 Transações que não envolvem caixa

O capital social da Companhia apresentou o acréscimo no valor de R\$ 3.175, proveniente da integralização dos adiantamentos para futuro aumento de capital, recebidos durante o exercício de 2020.

A citada transação não envolveu caixa, motivo pelo qual não está apresentada na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases*Assuntos relacionados à COVID-19*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações significativas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 20 às demonstrações financeiras, relativa a saldos e transações com partes relacionadas. A Companhia realiza transações com partes relacionadas em montantes significativos e condições específicas definidas entre as partes. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 5 de abril de 2021 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 8 de abril de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

**PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2021 E OS ESCLARECIMENTOS
DA DIRETORIA EXECUTIVA À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Os membros do Conselho Fiscal da F.D.A. Geração de Energia Elétrica S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e os esclarecimentos da Diretoria Executiva à Assembleia Geral Ordinária. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que as referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 08 de abril de 2022

ROBERTO MARCHIORO JUNIOR
Presidente

KLEBERSON LUIZ DA SILVA

LUIZ HENRIQUE DE MELLO

WALTER GUANDALINI JUNIOR



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

